



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

Coordenadoria Estadual na Bahia

Av. Ulysses Guimarães, 630, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, CEP 41213-000
Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 167/2026

Processo nº 59404.000146/2026-01

Unidade Gestora: COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, POR INTERMÉDIO DE SUA COORDENADORIA ESTADUAL - CEST/BA E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CACULÉ, NO ESTADO DA BAHIA.

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS**, por intermédio da **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS NA BAHIA - CEST/BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 00.043.711/0007-39, com sede na Av. Ulysses Guimarães, 630 - Sussuarana, Salvador - BA, 41213-000, neste ato representada pelo Coordenador Estadual, o Sr. **EDGAR SOUZA SANTOS FILHO**, brasileiro, RG nº 964527065 SSP/BA e do CPF nº 028.657.575-28, residente e domiciliado na cidade de Caculé - BA, e a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CACULÉ, NO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **51.949.996/0001-17**, com sede na Comunidade do Mulungu, S/N, Zona Rural, no Município de Caculé - BA, CEP: 46.300-000, neste ato representado por seu Presidente, a Sra. **JUSCELIA BOMFIM MOREIRA**, RG nº 15 SSP/BA, CPF nº **042.658.305-10**, residente e domiciliado na Fazenda Mulungu, S/N, Zona Rural, no Município de Caculé - BA, CEP: 46.300-000, neste ato representado pelo Procurador, o Sr. **RAFAEL RIBEIRO DE FARIAS**, RG nº **1514004402 SSP/BA**, CPF nº **042.658.305-10**, residente e domiciliado na Fazenda Mulungu, do Município de Caculé - BA, CEP: 46.300-000, considerando o constante no processo em epígrafe, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com observância à Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições a seguir descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer colaboração mútua entre o **DNOCS** e a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CACULÉ, NO ESTADO DA BAHIA**, para cooperação técnica de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelo **DNOCS (SEI 2128096)**, que integra o presente Acordo independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os **PARTÍCIPES** obrigam-se a cumprir o plano de

trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPIES.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1. A ASSOCIAÇÃO assume inteira responsabilidade, durante a vigência deste Acordo, por danos e prejuízos causados ao DNOCS e por todas e quaisquer reclamações decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais a pessoas, materiais, coisas, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas nas atividades que possam surgir consequentes deste acordo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES

4.1. O presente Acordo deverá ser executado fielmente pelos PARTÍCIPIES, de acordo com as cláusulas pactuadas, o Plano de Trabalho (SEI 2128096) e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedada a ASSOCIAÇÃO utilizar os bens disponibilizados pelo DNOCS para finalidade alheia ao objeto da parceria.

4.2. São obrigações exclusivas do DNOCS:

4.2.1. Entregar a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CACULÉ, NO ESTADO DA BAHIA, mediante Termo de Entrega/Recebimento nº 32/2026/CEST-BA (2134196), o equipamento a seguir relacionado, cuja utilização é restrita ao previsto no plano de trabalho:

I - 1 (Um) TRATOR AGRÍCOLA | MARCA: SOLIS | POTÊNCIA DE 75 CV TRACÇÃO 4X4 DIREÇÃO HIDRÁULICA/HIDROSTÁTICA | COR: VERMELHO | NOTA FISCAL Nº 000.199.668 FL 1/1 SÉRIE 2 | CHASSI: BYWDP1402797MS | MOTOR: 4100ELT44A1391935 | NUMERAÇÃO DO TOMBAMENTO SIADS: 0023115603 - EMPRESA YANMAR SOUTH AMÉRICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA;

II - 1 (Uma) CARRETA AGRÍCOLA EM MADEIRA 4 TON | MARCA: METAL FREITAS | ANO: 2024 | COR: AZUL | NOTA FISCAL Nº 000.001.723 FL 2/2 SÉRIE 1 | MODELO: MFMD4T | SÉRIE: 1858 | NUMERAÇÃO DO TOMBAMENTO SIADS: 0023116034 - EMPRESA TDF NEGÓCIOS AGROPECUÁRIOS EIRELI;

4.2.1.1. 1 (UMA) GRADE ROMHA CR 14 X 26 X 6,0 | MARCAS: ASUS MANCAL A GRAXA | SÉRIE GRA03250/2024 | NOTA FISCAL 27.832 SÉRIE 1 FOLHA 1/1 | SIADS: 23115980 | EMPRESA ASUS INDUSTRIA DE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA;

4.2.2. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente Acordo;

4.2.3. Retomar os bens recebidos pela ASSOCIAÇÃO, caso não sejam utilizados em conformidade com o estabelecido neste Acordo de Cooperação;

4.3. São obrigações exclusivas da ASSOCIAÇÃO:

4.3.1. Fornecer os demais materiais e acessórios, necessários a execução das metas previstas no Plano de Trabalho;

4.3.2. Arcar com as despesas referentes à mão de obra e insumos necessários para a execução do objeto;

4.3.3. Receber oficialmente os equipamentos disponibilizados pelo DNOCS para a consecução do objeto deste Acordo, mediante a 1ª via do termo de entrega e recebimento, devidamente assinada pelo representante do DNOCS e pelo representante da ASSOCIAÇÃO;

4.3.4. Responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção do bem recebido em

decorrência deste Acordo de Cooperação;

4.3.5. Zelar pela integridade do bem disponibilizado pelo **DNOCS**, relacionados na cláusula terceira do presente instrumento, conservando-os em perfeito estado de uso, não podendo dar-lhe destinação diversa da prevista no plano de trabalho;

4.3.6. Devolver o bem recebido em perfeitas condições, ressalvadas as deteriorações ou desgastes naturais do uso regular, tanto na hipótese de término do prazo fixado na cláusula nona, como no caso de rescisão antecipada do acordo;

4.3.7. **A ASSOCIAÇÃO**, devolverá os bens no local onde foi originalmente retirado, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste acordo;

4.3.8. Encaminhar inventário dos bens/materiais em consonância com os procedimentos estabelecidos pelo Setor de Patrimônio de Bens do **DNOCS**;

4.3.9. Em caso de perda, a qualquer título, ou danos aos bens recebidos, ressarcir ao **DNOCS** pelos prejuízos causados, podendo, a critério do **DNOCS**, tal reposição ser realizada por bens de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

4.3.10. Arcar com toda e qualquer despesa necessária ao bom funcionamento do bem, tais como recuperação, manutenção, conservação, transporte e seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os mesmos, bem como os danos porventura causados por seus agentes;

4.3.11. Fornecer todas as informações solicitadas pelo **DNOCS** com relação ao desenvolvimento das atividades programadas no Plano de Trabalho e realizadas com os equipamentos disponibilizados;

4.3.12. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno, Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto pactuado, a qualquer tempo, independente de prévia comunicação;

4.3.13. Responder por todas as despesas concernentes a pagamentos de impostos, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre os bens durante a vigência do Acordo;

4.3.14. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **DNOCS** a inadimplência da **ASSOCIAÇÃO em** relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

4.3.15. Providenciar todas as licenças, outorgas e a implementação de quaisquer outras condições porventura exigidas pelos órgãos municipais, estaduais e federais para a execução do objeto da parceria, observando a legislação aplicável;

4.3.16. **A ASSOCIAÇÃO se** obriga a utilizar o bem utilizando servidor capacitado para condução do veículo de acordo a exigência da legislação vigente do DETRAN e CONTRAN.

4.3.17. Apresentar ao **DNOCS** relatórios conforme estipulado no Plano de Trabalho.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES

5.1. É vedado a ASSOCIAÇÃO:

5.1.1. Permitir, sob qualquer título, a utilização dos equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** em atividades diversas das previstas no plano de trabalho ou, ainda, utilização por terceiros;

5.1.2. Fazer a cessão, locação, arrendamento ou qualquer ato que implique a transferência da posse dos equipamentos disponibilizados pelo **DNOCS** a terceiros.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. **A ASSOCIAÇÃO obriga-se** a permitir o livre acesso de servidor ou comissão designada

pelo **DNOCS** aos bens disponibilizados, a fim de acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela **ASSOCIAÇÃO**, devendo facilitar-lhe o acesso e a plena execução dos trabalhos necessários.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PESSOAL

7.1. A **ASSOCIAÇÃO** fica obrigado a utilizar na execução das tarefas propostas no plano de trabalho pessoal treinado e com qualificação técnica comprovada para a operação dos equipamentos.

7.2. O pessoal que a **ASSOCIAÇÃO** utilizar para a execução dos serviços previstos nas metas do plano de Trabalho será de sua inteira responsabilidade, não tendo com o **DNOCS** vínculo empregatício de qualquer natureza.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

8.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPES** para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos **PARTÍCIPES**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos **PARTÍCIPES** quaisquer remunerações pelos mesmos.

9. CLÁUSULA NONA – DAS BENFEITORIAS

9.1. As benfeitorias porventura realizadas pela **ASSOCIAÇÃO** nos bens disponibilizados, que sejam necessárias ou úteis, integrarão automaticamente o patrimônio do **DNOCS** ao término deste Acordo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO

10.1. A **ASSOCIAÇÃO** obriga-se a restituir ao **DNOCS** os bens recebidos, quando expirada a vigência ou rescindido o presente Acordo, em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso, sem que lhe assista o direito a qualquer indenização.

10.2. A **ASSOCIAÇÃO** devolverá os equipamentos no local onde foram originalmente retirados, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste Acordo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1. A vigência deste Acordo de Cooperação será de 1 (um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por comum acordo entre os **PARTÍCIPES**, mediante Termo Aditivo de acordo com novo plano de trabalho.

12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO

12.1. O presente acordo de cooperação técnica será **EXTINTO**:

a) por advento do termo final, sem que os **PARTÍCIPES** tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

b) por denúncia de qualquer dos **PARTÍCIPES**, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;

c) por consenso dos **PARTÍCIPES** antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e

d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos **PARTÍCIPES** fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes

entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPES.

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTÍCIPES que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Os PARTÍCIPES deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. Em qualquer ação promocional de iniciativa da **ASSOCIAÇÃO** em função deste Acordo, deverá ser obrigatoriamente consignada a participação do **DNOCS**, através de placa de modelo padrão do governo federal.

16.2. **A ASSOCIAÇÃO** deverá apor nos equipamentos relacionados na cláusula terceira, **ADESIVO** alusivo ao acordo, conforme modelo fornecido pelo **DNOCS**.

16.3. Fica vedada aos PARTÍCIPES, a utilização nos empreendimentos resultantes deste Acordo, de nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos PARTÍCIPES, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

[assinado eletronicamente]

EDGAR SOUZA SANTOS FILHO
Coordenador Estadual do DNOCS na Bahia

[assinado eletronicamente]

JUSCELIA BOMFIM MOREIRA

Presidente da Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Mulungu e Adjacências do Município de Caculé, no Estado da Bahia

[assinado eletronicamente]

RAFAEL RIBEIRO DE FARIAS

Representante por Procuração



Documento assinado eletronicamente por **Edgar Souza Santos Filho, Coordenador Estadual na Bahia**, em 17/06/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juscélia Bomfim Moreira, Usuário Externo**, em 17/06/2026, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ribeiro de Farias, Usuário Externo**, em 17/06/2026, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2134192** e o código CRC **A99E64DA**.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU
CNPJ nº 51.949.996/0001-17, Endereço: Faz. Mulungu - CACULÉ / BAHIA - CEP:46300-000

PLANO DE TRABALHO

1 – ENTIDADE PROPONENTE

<u>Órgão/Entidade:</u> ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS		<u>CNPJ:</u> 51.949.996/0001-17	<u>E.A.:</u> Ent. Privada Sem Fins Lucrativos
<u>Endereço:</u> FAZENDA MULUNGU - ZONA RURAL			
<u>Município:</u> CACULÉ		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 46.300-000
<u>E-mail:</u> acmam.mulungu@gmail.com		<u>DDD/Telefone:</u> (77)98137-6184 (77)99981-9912	<u>DDD/Fax:</u> (xxxx) xxxx-xxxxx
<u>Banco:</u> CRESOL	<u>Agência:</u> 2067-2	<u>Conta corrente:</u> 51561-2	<u>Praça de pagamento:</u> Caculé
<u>Nome do Responsável:</u> JUSCÉLIA BOMFIM MOREIRA		<u>Cargo:</u> Presidente	<u>CPF:</u> 050.360.415-18
<u>C.I./Órgão Expedidor:</u> 15.909.605-72		<u>Função:</u> Presidente	<u>Matrícula:</u>
<u>Endereço:</u> Fazenda mulungu			
<u>Município Residencial:</u> Caculé		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 46.300-000
<u>pretamoreira@outlook.com</u>		<u>DDD/Tele</u> (77)98137-6184	<u>DDD/Celular:</u> (77) 98137-6184

2 – ENTIDADE INTERVENIENTE

<u>Órgão/Entidade:</u> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		<u>CNPJ:</u> 00.043.711/0007-39	<u>E.A.:</u>
<u>Endereço:</u> 6ª Avenida nº 630, Centro Administrativo da Bahia (CAB)			
<u>Município:</u> Salvador		<u>UF:</u> BA	<u>CEP:</u> 41.213-000
<u>E-mail:</u> http://www.dnocs.gov.br		<u>DDD/Telefone:</u> (71) 3281-3900	<u>DDD/Fax:</u>
<u>Convênio:</u> DNOCS	<u>Tipo de Instrumento:</u> TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	<u>Objeto:</u> Disponibilização de 1 (Um) trator ; 1 (Uma) Grade; 1 (uma) Carreta madeira.	
<u>Finalidade da Proposta:</u> Incentivo e fomento à produção agropecuária e de pequeno porte por meio da aquisição de: 1 (Um) trator com implementos; 1 (Uma) grade aradora ;1 (Uma) Carreta madeira.		<u>Vigência:</u> 04//2026 a 04/2027	<u>Nº de Famílias Beneficiadas:</u> 70
<u>Valor do Repasse:</u> 0,00		<u>Valor da Contrapartida:</u> 0,00	<u>Valor Global:</u> 0,00

*O valor da contrapartida deve respeitar os limites estabelecidos em lei.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU
 CNPJ nº 51.949.996/0001-17, Endereço: Faz. Mulungu - CACULÉ / BAHIA - CEP:46300-000

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

<u>Título do Projeto:</u> INCENTIVO E FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE 1 (Um) trator com implementos; 1 (Uma) grade aradora ;1 (Uma) carreta de madeira.	Período de Execução	
	Início:	Término:
	Abril/2026	Abril/2027
<u>Objetivo Geral:</u> <p>Aquisição de um trator equipado; Um Arado Reversível Hidráulico de 03 Discos de 26"; Uma Carroça Agrícola; Uma Colheitadeira/Ensiladeira Hidráulica; Uma Roçadeira Hidráulica;</p> <p>Objetivando incentivar a produção agropecuária, aumentar a renda de pequenos produtores rurais, preparar a terra para o melhor acesso e facilitar a aração, silagem, transporte e manejo, facilitando a permanência do homem no campo e fomentar os pequenos empreendimentos na agricultura familiar das Comunidades rurais do Município de Caculé/Bahia, com vista à autonomia de homens e mulheres, proporcionando condições de trabalho adequadas no campo.</p>		
<u>Justificativa da Proposição:</u> <p>A Associação dos Moradores e Agricultores do Mulungu e Adjacência, está localizada na região do Semiárido, cuja escassez de água é um dos problemas que atinge a região, trazendo vários problemas que acomete a produtividade da agricultura familiar e o desenvolvimento da região, tanto na agricultura como na pecuária, entre outros.</p> <p>Sendo de suma importância a implantação do projeto, sendo perfeitamente justificada, pois a utilização do trator e seus equipamentos agrícola à se disponibilizar pelo DNOCS para a execução dos serviços de preparar a terra para o melhor acesso e facilitar a aração, silagem, transporte e manejo entre outros serviços, irá proporcionar mais eficiência e qualidade no manejo no sistema produtivo do pequeno agricultor. Com a oferta dos equipamentos na agricultura, facilitará o trabalho e a inclusão da mulher no campo, facilitando o aumento da produção, gerando aumento da renda familiar e proporcionando a autonomia feminina e permanência da juventude no campo e consequentemente a melhoria da qualidade de vida da população rural.</p> <p>A execução dos equipamentos propostos terá um alcance social considerável e de grande importância, pois em torno de 70 famílias serão beneficiadas na zona rural no interior do município, além de gerar desenvolvimento rural e condições de estrutura ao pequeno agricultor na agricultura familiar.</p>		

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID.	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
I	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MELHORIAS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE				04/2026	04/2027
	1.0	SERVIÇOS E MANUTENÇÃO				
	1.1	Manutenção de equipamentos	Unid	06		
	1.2	Operador	Mês	06		



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU
 CNPJ nº 51.949.996/0001-17, Endereço: Faz. Mulungu - CACULÉ / BAHIA - CEP:46300-000

	2.0	ARAÇÃO DE TERRAS E TRATOS CULTURAIS				
	2.1	Várias Comunidades	Mês	15		

5 - METAS A SEREM ATINGIDAS

METAS	ATIVIDADES
I	<ul style="list-style-type: none"> -Estimular e Desenvolver a produção agrícola nas propriedades; -Melhorar a logística dos produtos na agricultura familiar, evitando desperdício; -Facilitação de manejo da terra ,proporcionando diversificação dos produtos de acordo ao clima; -Estruturação e capacitação ao pequeno agricultor com condições favoráveis, permitindo o trabalho adequado; -Fortalecer o ingresso da mulher no campo, proporcionando o aumento da renda e melhores condições financeiras ,reduzindo o desequilíbrio social regional.

6 - DIAGNÓSTICO/ABRANGÊNCIA

Um dos problemas enfrentados na região é a escassez de maquinários (veículos),para dar suporte ao pequeno agricultor ,trazendo vários transtornos ,pois o número de agricultores é alto em relação às máquinas existentes,sendo que em alguns casos outros não tem condições de estrutura para o trabalho,outros acaba sendo deslocados para uma determinada região deixando a maioria a ensejar e descobertos pelo serviço.Sendo assim,muitos agricultores deixam de serem atendidos , trazendo prejuízos para seu trabalho no campo. Com a chegada dos equipamentos ,resolveremos uma boa parte dos problemas e das demandas dos agricultores que buscam o desenvolvimento de suas propriedades rurais em relação a produção e condições de trabalho.

7 – RELAÇÃO DAS COMUNIDADES

RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE CACULÉ /BA A SEREM BENEFICIADAS COM ARAÇÃO DE TERRA E TRATOS CULTURAIS PELA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA DISPONIBILIZADA PELO DNOCS PARA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIA				
LOCALIDADE	UNID.	QUAN T.	FAMÍLIAS ATENDIDAS	HAB.
MULUNGU	HORAS/TRATOR	100	50	200
CABELUDO	HORAS/TRATOR	40	20	100

8 - CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida por parte do conveniente do objeto proposto.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU
CNPJ nº 51.949.996/0001-17, Endereço: Faz. Mulungu - CACULÉ / BAHIA - CEP:46300-000

9 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não há cronograma de desembolso.

10 - CAPACIDADE TÉCNICA

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AGRICULTORES DO MULUNGU E ADJACÊNCIAS apresenta capacidade técnica e gerencial para supervisão do proposto.

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao **Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) / Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho, quando couber.

Pede deferimento

Caculé -BA, 10 de abril de 2026

Juscélia Bomfim Moreira
PRESIDENTE